

Documentação

Fonte *A Crítica*

Data *2/11/99* Pg *15*

Class. *11*

Manaus, terça-feira, 2 de novembro de 1999

a crítica POLÍTICA a 5

PROTEÇÃO DAS FLORESTAS

Recursos do PPG-7 vão ser flexibilizados

ROSELI GARCIA
SUCURSAL DE BRASÍLIA

A tendência dos doadores do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) é aceitar a flexibilização na aplicação de recursos. A proposta está sendo defendida pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, desde o início do ano, para agilizar a execução do projeto. Na reunião dos Participantes do PPG-7, realizada na semana passada, em Brasília, foram anunciados os acordos entre os representantes do Brasil, Banco Mundial, Comunidade Européia, Reino Unido, Estados Unidos, Países Baixos, França, Itália e Japão.

As regras atuais do PPG-7 impedem, por exemplo, que os recursos destinados à compra de um carro possam ser usados na aquisição de um barco, sem aprovação do Banco Mundial e dos países doadores. Esse tipo de entrave atrasa a execução do programa. A revelação foi feita por um participante da reunião que aconteceu na Academia de Tênis. Ele duvidou, no entanto, que os doadores aceitem as mudanças radicais em todo o mecanismo do PPG-7, conforme propôs a secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Allegretti.

O desembolso se torna mais lento ainda quando os recursos para determinado projeto são doados por

vários países. O Ministério do Meio Ambiente precisa submeter o projeto às regras de todos os países. Allegretti propôs que seja respeitado somente as normas do principal doador. No caso dos recursos destinados a investimentos em ciência e pesquisa, por exemplo, seriam os Estados Unidos.

A secretária pretende também criar uma comissão brasileira para gerenciar o programa. A intenção de Allegretti é fazer com que os critérios do PPG-7 sejam adotados por todos os órgãos do Governo e não apenas pelos Ministérios do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e da Justiça, no caso da demarcação de terras indígenas. A falta de sincronia entre o Executivo provoca constrangimentos. Enquanto o Ministério do Meio Ambiente critica a plantação de soja na Amazônia, o Ministério da Agricultura autoriza a cultura do produto, considerado de alto risco ambiental. Os doadores mostram resistências em investir na alteração institucional. Eles não querem aplicar recursos na contratação de técnicos pelo Ministério da Agricultura, por exemplo, para acompanhar a execução do PPG-7. Alguns participantes da reunião avaliaram que as mudanças não vão ocorrer tão rápido quanto deseja o Governo brasileiro ou pelo menos o Ministério do Meio Ambiente.

A PROPOSTA É DEFENDIDA PELO MINISTRO DO MEIO AMBIENTE, SARNEY FILHO. HOJE, AS VERBAS DOADAS PELOS PAÍSES RICOS TÊM UM CONTROLE DE APLICAÇÃO BASTANTE RIGOROSO



PREVENÇÃO

Parte dos recursos do PPG-7 deve ser investido no controle das queimadas na região

PROJETOS

ONGs cobram execução

As Organizações Não-Governamentais (ONGs), parceiras na execução do PPG-7, concordam com a proposta da secretária Allegretti e defendem maior atuação da sociedade civil. Segundo Roberto Smeraldi, da "Amigos da Terra", essa é a forma mais rápida e eficiente de execução do programa. Garo Batmanian, do "Fundo Mundial para a Natureza" (WWF), ressalta que algumas iniciativas como os Projetos Demonstrativos (PD/A) estão indo bem, enquanto outras, como o Pró-Várzea, nem começaram. O representante do WWF afirma que a maneira inovadora de trabalhar, como deveria ser a proposta dos projeto pilotos, não se cristalizou. A expectativa das ONGs é que essa reunião do PPG-7 agilize a implantação dos projetos da Mata Atlântica. "Esses não saíram do papel", declara Smeraldi. Apenas 7% da Mata Atlântica original resiste à exploração dos grupos imobiliários e agropecuários. Mesmo com esse percentual, "uma área do tamanho de um campo de futebol é destruída a cada quatro minutos", revela.